



ECOSSISTEMA DE IMPACTO SOCIAL LGBTI+

Aliança Nacional LGBTI+ – Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas
Grupo Dignidade – Rede GayLatino

RESOLUÇÃO PR 003/2025

de 22/04/2025

POSICIONAMENTO: o que NÃO queremos e o que NÃO apoiamos



POSICIONAMENTO: o que NÃO queremos e o que NÃO apoiamos

Nós, da Aliança Nacional LGBTI+, juntamente com as organizações Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH), Grupo Dignidade e Rede Gaylatino, entre outras organizações parceiras, vimos, de forma contundente, reafirmar nosso compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a Constituição Federal Brasileira e com os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação.

Diante do atual cenário político e social, manifestamos publicamente o que **não queremos** e o que **não apoiamos**, como forma de defesa intransigente dos direitos das pessoas todos os cidadãos e cidadãs deste país. Assim, declaramos que:

Sobre famílias

Acreditamos que todas as famílias, independentemente de sua configuração, merecem ser respeitadas e protegidas, conforme os fundamentos constitucionais, incluindo todas as formas de famílias, inclusive as denominadas tradicionais, desde que se baseiem no respeito mútuo e na convivência democrática, sem qualquer forma ou tipo de violência, nos termos do Art. 1º, III da Constituição Federal.

Não queremos destruir a família de ninguém. Queremos amar nossas famílias e construí-las a partir das nossas singularidades e subjetividades.

Sobre crianças e adolescentes

Reafirmamos que é fundamental garantir a crianças e adolescentes uma vida digna, livre de exploração sexual, sexualização precoce e qualquer forma de abuso. Nesse sentido, destacamos a importância do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), que assegura a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes. Incentivamos, portanto, todos os nossos afiliados e todas as organizações parceiras a denunciarem prontamente qualquer violação dos direitos humanos que envolva crianças e adolescentes. Somos totalmente contra a pedofilia e sexualização de crianças e adolescentes (Art. 217 - A do Código Penal).



Não queremos a exploração sexual ou erotização infanto-juvenil. Queremos que as crianças e os adolescentes sejam respeitados e protegidos em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atos obscenos e nudez pública

Defendemos que a legislação vigente seja rigorosamente aplicada, conforme o crime de ato obsceno (Art. 233 do Código Penal), quanto a atos praticados em local público, para que as pessoas responsáveis por tais condutas sejam devidamente responsabilizados, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ademais, é nossa posição que a nudez, mesmo em situações lícitas, seja desincentivada em contextos públicos, especialmente onde há a presença de crianças e adolescentes.

Sobre o respeito aos símbolos religiosos

Reafirmamos que somos contra a profanação de imagens e símbolos religiosos, bem como contra o escarnecimento público de qualquer pessoa por motivo de crença ou função religiosa, a obstrução ou perturbação de cerimônias ou práticas de culto, e o vilipêndio público de atos ou objetos de culto religioso, em relação a todas as religiões (nos termos do Art. 208-A do Código Penal).

Não queremos bullying nem violência no contexto educacional

Nas escolas, é vital que as crianças e adolescentes recebam educação sobre respeito, convivência democrática, não-violência e prevenção ao bullying (nos termos da Lei nº 13.185 e Lei nº14.811/2024). Reafirmamos, outrossim, que ninguém, heterossexual ou homossexual, deve ser forçado, por qualquer meio, a mudar sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo certo que tal mudança sequer é possível, pois não se trata de uma escolha deliberada ou consciente, mas de uma característica inerente à pessoa.

Não defendemos, em nenhuma circunstância, qualquer forma de doutrinação de cunho sexual ou ideológico. O que almejamos é que os ambientes educacionais sejam verdadeiramente seguros, inclusivos e acolhedores para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outras características pessoais. Esses espaços devem estar livres de qualquer tipo de bullying, discriminação ou violência.



Não buscamos, tampouco, transformar ninguém em gay, lésbica, pessoa trans ou qualquer outra identidade — até porque tal ideia parte de um pressuposto equivocado e irreal. O que queremos é que todas as pessoas possam viver plenamente suas individualidades e sejam respeitadas em sua dignidade, livres de estigmas, preconceitos e agressões.

Seguiremos firmes em nossa luta por direitos, igualdade e justiça, sempre com o compromisso de construir uma sociedade plural, democrática e inclusiva, onde todas as cidadãs e todos os cidadãos possam viver com liberdade, segurança e respeito.

Curitiba, 07 de abril de 2025.

Toni Reis

Presidente Aliança Nacional LGBTI+ e

ABRAFH Associação Brasileira das Famílias Homotransafetivas

Rafaelly Wiest

Presidenta do Grupo Dignidade

Claudio Nascimento

Coordenador de Políticas Públicas da Aliança Nacional LGBTI+;

Coordenador Rede GayLatino Capítulo Brasil;

Kalynka Oliveira

Diretora de Relações Institucionais do Ecosistema de Impacto Social LGBTI+



Jean Muksen

Coordenador Jurídico Aliança Nacional LGBTI+

Mateus Cesar Costa

Coordenador Jurídico Aliança Nacional LGBTI+